

BRPR 53 Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A.



CNPJ nº 04.370.082/0001-17

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Administração da BRPR 53 Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A. apresenta o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras com o relatório dos auditores independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Relatório da Administração deve ser lido em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas Notas Explicativas.

Em 20 de março de 2012 foi aprovada em assembleias gerais da BR Properties S.A. e da One Properties S.A. ("One Properties") a incorporação da One Properties pela BR Properties. Como consequência da incorporação a One Properties foi extinta e todos os seus bens, direitos e obrigações passaram a integrar o patrimônio da BR Properties. Na mesma data, a WTorre TC Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A. teve sua administração alterada e passou a se chamar BRPR 53 Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A.

- a) A aquisição de terreno situado na cidade de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Junior, 1464, objeto da matrícula nº 164.605 do 15º Registro de Imóveis de São Paulo-SP;
- b) A construção da sede administrativa e corporativa da Telesp Celular S.A., em conformidade com as especificações estabelecidas em projeto básico e memorial descritivo solicitado e aprovado pela Telesp Celular S.A. (o "Imóvel"), conforme o disposto no Contrato de Construção e Locação de Imóvel, firmado em 21 de dezembro de 2001 com a Telesp Celular S.A., tendo a Telesp Celular Participações S.A. como fiadora ("Contrato de Construção e Locação");
- c) A locação do Imóvel à Telesp Celular, pelo período de 13 (treze) anos, uma vez concluída e aceita a obra;
- d) A securitização dos créditos imobiliários oriundos do Contrato de Construção e Locação ("Créditos");
- e) A emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários lastreados nos Créditos; e

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	1.214	1.907
Tributos a recuperar	1.731	1.731
Despesas antecipadas	29	35
Total do ativo circulante	2.974	3.673
Não circulante		
Propriedades para investimentos (Nota 6)	257.800	271.640
Total do ativo não circulante	257.800	271.640
Total do ativo	260.774	275.313

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucro		Dividendos complementares		Lucros acumulados	
	Capital social subscrito e integralizado	Capital social a integralizar	Reserva de legal	Reserva de lucro a realizar	Retenção de lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	24.829	1.000	2.785	91.968	33.952	154.534
Subscrição de capital	11.494	(1.000)	-	-	-	10.494
Lucro líquido do exercício	-	-	246	-	-	4.925
Constituição de reserva legal no exercício	-	-	-	-	246	-
Reversão de juros sobre capital próprio	-	-	-	1.844	-	1.844
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	4.679	-	(4.679)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	36.323	3.031	91.968	36.787	36.787	168.109
Adiantamento para futuro aumento de capital aportado por outros sócios	-	5.500	-	-	-	5.500
Lucro líquido do exercício	-	-	468	-	-	9.365
Constituição de reserva legal no exercício	-	-	-	-	468	-
Deliberação de dividendos complementares propostos	-	-	-	7.360	7.360	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	8.897	-	(8.897)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	36.323	5.500	3.499	91.968	7.360	182.974

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BRPR 53 Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A. ("Companhia" "BRPR 53") é uma sociedade anônima com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Avenida das Nações Unidas, nº12.495, Centro Empresarial Berrini, Torre A - Torre Nações Unidas, 18º andar, escritório 181, parte, Brooklin Novo, CEP 04578-000. Segue abaixo o objeto social da Companhia:

- (a) A aquisição de terreno situado na cidade de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Junior, 1464, objeto da matrícula nº 164.605 do 15º Registro de Imóveis de São Paulo - SP;
- (b) A construção da sede administrativa e corporativa da Telesp Celular S.A., em conformidade com as especificações estabelecidas em projeto básico e memorial descritivo solicitado e aprovado pela Telesp Celular S.A. (o "Imóvel"), conforme o disposto no Contrato de Construção e Locação de Imóvel, firmado em 21 de dezembro de 2001 com a Telesp Celular S.A., tendo a Telesp Celular Participações S.A. como fiadora ("Contrato de Construção e Locação");
- (c) A locação do Imóvel à Telesp Celular, pelo período de 13 anos, uma vez concluída e aceita a obra;
- (d) A securitização dos créditos imobiliários oriundos do Contrato de Construção e Locação ("Créditos");
- (e) A emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários lastreados nos Créditos; e
- (f) A realização de negócios e prestação de serviços relacionados à securitização dos Créditos referidos no item (e) anterior.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$ 14.728, dos quais R\$ 16.896 refere-se substancialmente ao pagamento antecipado do contrato de locação do imóvel Morumbi e que está registrado na rubrica de Adiantamento dos clientes. Os recursos antecipados foram integralmente destinados para a liquidação dos Certificados Recebíveis Imobiliários - CRI's (Nota 7). Como as atuais práticas contábeis exigem que as receitas de aluguéis sejam registradas mensalmente pelo regime de competência temos um descaimento contábil entre ativo circulante e passivo circulante nas demonstrações financeiras. No entendimento da Administração, o capital circulante negativo da Companhia é um efeito contábil temporal e não representa um risco financeiro de liquidez.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros e dos instrumentos financeiros derivativos pelo valor justo, as estimativas do valor justo das propriedades para investimento, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para desenvolver duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 29 de janeiro de 2016, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras.

2.2. Resultado

Os resultados são registrados pelo regime de competência. As receitas de arrendamento de propriedades para investimentos são reconhecidas no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos contratualmente são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e sobre variações monetárias sobre os contratos de locações, os quais são reconhecidos integralmente no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre CRI's.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

As aplicações financeiras incluídas como caixa e equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

2.4. Arrendamentos a receber e adiantamento de clientes

Os arrendamentos a receber são decorrentes das locações dos imóveis, os quais são registrados de acordo com o critério contábil apresentado na nota explicativa nº 2.2. Os adiantamentos de clientes referem-se aos recebimentos antecipados dos arrendamentos futuros. Em 31 de dezembro de 2015, a Administração da Companhia não identificou a necessidade de constituir provisão para crédito de liquidação duvidosa.

2.5. Propriedades para investimentos

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. O ajuste a valor justo é apurado considerando o valor justo do imóvel, menos o custo atribuídos do imóvel (custo histórico líquido do imóvel mais o valor líquido da reavaliação prévia mantida), sendo que nos casos em que é identificada uma variação positiva ou negativa (ganho ou perda) no valor justo das propriedades para investimento o ajuste é reconhecido integralmente no resultado do exercício.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. As diferenças entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da venda.

A determinação do valor justo para as demonstrações financeiras anuais é feita com base em avaliações realizadas por empresa de avaliação independente especializada e por as demonstrações financeiras por especialistas internos, utilizando a metodologia descrita a seguir.

Metodologias para mensuração do valor justo das propriedades para investimento

Para a mensuração do valor justo das propriedades, os especialistas internos da Companhia consideraram as metodologias abaixo, sendo que em determinados empreendimentos foi considerada somente uma metodologia:

Comparativos diretos de dados de mercado: Por este método, o valor de mercado aplicável a um imóvel é definido com base em evidências de mercado comparáveis, ou seja, imóveis semelhantes em oferta ou transacionados recentemente. Estas evidências de mercado foram homogêneas através de ponderação de fatores, de forma a subsidiar a definição de uma faixa de valor. Na falta de elementos comparáveis, adotaram-se também os demais métodos para a definição do valor.

Método da renda / Capitalização direta: Por essa metodologia, pressupõe-se a expectativa de retorno, ou rentabilidade esperada (yield), por um investidor em um determinado imóvel, ou seja, baseia-se no retorno pontual proporcionado sobre o investimento efetuado. Toma-se como parâmetro a receita potencial anual do imóvel, sobre a qual são aplicadas taxas de atratividade (capitalização) coerentes com o mercado, refletindo o risco do investimento, e que resulta no valor disponível para a aquisição do mesmo.

Método da renda / Fluxo de caixa descontado: Por essa metodologia foi projetado a receita de aluguel atual, com base no desempenho atual e histórico, por um período de 10 anos, considerando taxas de crescimento apropriadas e os eventos de contrato (reajustes, revisões e renovações), ocorrendo na menor periodicidade definida pela legislação incidente sobre os contratos de locação. Para os casos em que o aluguel atual é superior ou inferior ao de mercado, foram consideradas as revisões a mercado, nas datas de revisões de cada contrato. Além disso, no caso de haver cobrança de aluguel percentual, as projeções consideram a maior entre as receitas auferidas.

Para refletir a perpetuidade das operações, ao final do 10º ano, foi capitalizada a receita, sendo que o fluxo de receitas e o valor da perpetuidade são então trazidos a valor presente com taxas de desconto adequadas à percepção de risco do mercado, levando em conta o risco/desempenho provável de cada cenário. Para efeitos de análise, consideramos a continuidade dos contratos vigentes, havendo renovação automática dos mesmos e foram desconsideradas perdas de receita por inadimplência. As premissas utilizadas para a mensuração do valor justo estão descritas detalhadamente na nota explicativa nº 6.

2.6. Tributos

Imposto sobre receitas de aluguel e serviços prestados

O imposto de aluguéis sobre as propriedades para investimento e dos serviços prestados estão sujeitas aos seguintes tributos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Sigla	Alíquotas
Programa de Integração Social	PIG	0,65%
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social	COFINS	4%

Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de aluguel e de serviços prestados, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Os impostos de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

- f) A realização de negócios e prestação de serviços relacionados à securitização dos Créditos referidos no item (e) anterior.

Parágrafo Primeiro - As atividades de engenharia e construção de que trata o Contrato de Construção e Locação de Imóvel referido no item (b) deste artigo serão realizadas por Companhia especializada contratada para tal finalidade.

Parágrafo Segundo - A Companhia não poderá constituir subsidiária nem participar de outras sociedades ou grupo de sociedades.

Parágrafo Terceiro - A Companhia não poderá incorporar outra sociedade, nem ser incorporada em outra Companhia, nem participar de fusão, cisão ou transformação.

A Companhia registrou em 2015 o recebimento do aluguel do único imóvel, registrado em Propriedade para Investimento cujo cliente é a TELESP Celular, no mês de julho.

A Companhia tem suas receitas e endividamento corrigidos pelo Índice IGP-M que no quarto trimestre de 2015, apresentou variação acumulada positiva de 10,54%, ante uma variação de 3,67% em igual período do ano anterior.

A Companhia não contratou ou contratará funcionários, evitando assim, qualquer encargo trabalhista ou previdenciário, ou mesmo investimento em treinamentos específicos, sendo que, a administração da Companhia será exercida pela Diretoria, na forma da Lei e estatuto Social.

A Companhia não realizou e não apresenta planos de realizar investimentos futuros em pesquisa e desenvolvimento de produtos e serviços, bem como de modificar e ou incrementar suas operações em 2016.

Conforme estatuto da Companhia, a distribuição de resultado apurado no encerramento do exercício, obedece a determinações contidas na Lei nº 6.404/76. Conforme ainda seu estatuto, a Companhia não distribuirá dividendos intermediários.

As atividades da Companhia não apresentam riscos ao meio ambiente.

	31/12/2015	31/12/2014
Passivo Circulante		
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI (Nota 7)	24	29.089
Contas a pagar	2	16
Impostos a recolher	132	101
Provisão para imposto de renda e contribuição social	581	434
Adiantamento de clientes (Nota 8)	16.896	16.001
Outros passivos circulantes	69	77
Total do passivo circulante	17.702	45.718
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9)	60.098	61.486
Total do passivo não circulante	60.098	61.486
Patrimônio líquido (Nota 10)		
Capital social	41.823	36.323
Reservas de lucros	141.151	131.786
Total do patrimônio líquido	182.974	168.109
Total do passivo e patrimônio líquido	260.774	275.313

Capital social

O capital social é de R\$ 36.323 mil, divididos em 2.327.187 ações, sendo 2.327.177 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, e 10 ações preferenciais de uma única classe, todas nominativas e sem valor nominal.

Conselho de Administração

Está composto, atualmente, por três membros, conforme demonstrado na tabela abaixo. Os mandatos de todos os membros são válidos por dois anos.

Conselho de Administração
André Fernandes Berenguer
Martin Andres Jaco
Marco Antonio Cordeiro

Diretoria Administrativa

Está composta, atualmente, por dois membros, conforme demonstrado na tabela abaixo. Os mandatos de todos os membros são válidos por dois anos.

Diretoria Administrativa
Claudio Bruni
André Fernandes Berenguer

Outras Informações

Nossos auditores, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., não prestaram outros serviços que não o de auditoria das demonstrações financeiras e revisão das informações trimestrais da Companhia. São Paulo, 29 de janeiro de 2016

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014			
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)			
	31/12/2015	31/12/2014	
Receita operacional líquida (Nota 11)	31.367	29.617	
Lucro bruto	31.367	29.617	
Despesas gerais e administrativas (Nota 12)	(232)	(257)	
Outras receitas operacionais	8	-	
Resultado com valor justo das propriedades para investimento (Nota 6)	(13.840)	(10.883)	
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos	17.303	18.477	
Receitas financeiras (Nota 13)	263	372	
Despesas financeiras (Nota 13)	(3.560)	(7.124)	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	14.006	11.725	
Imposto de renda e contribuição social (Nota 9)	(4.641)	(6.800)	
Lucro líquido do exercício	9.365	4.925	
Lucro básico e diluído por ação em Reais (Nota 10)	4.2928	2.2576	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014			
(Em milhares de reais)			
	31/12/2015	31/12/2014	
Lucro líquido do exercício	9.365	4.925	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente do exercício	9.365	4.925	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014			
(Em milhares de reais)			
	31/12/2015	31/12/2014	

Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	26.333	25.828
Fluxo de caixa das atividades operacionais	25.049	25.167
Lucro líquido do exercício	9.365	4.925
Ajuste para reconciliação do lucro líquido do exercício com o caixa gerado	-	-
Valor justo das propriedades para investimentos	13.840	10.883
Imposto de renda diferido	(1.388)	2.521
Juros e variações monetárias sobre empréstimos	3.232	6.838
Variação nos ativos e passivos:	1.284	661
Outros ativos circulantes	5	-
Impostos sobre juros sobre capital próprio	-	(277)
Outros passivos circulantes	1.279	941
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-	(73)
Aquisição de propriedades para investimentos	-	(73)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(27.026)	(24.806)
Aumento de capital social	5.500	6.000
Pagamento dos certificados de recebíveis imobiliários	(32.526)	(30.806)

Aumento/(Redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(693)	949
Saída de caixa e equivalentes no início do exercício	1.907	958
Entrada de caixa e equivalentes no final do exercício	14.006	11.725
Aumento/(Redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(693)	949

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014			
(Em milhares de reais)			
	31/12/2015	31/12/2014	

Receitas	32.905	31.062
Receitas de aluguel e prestação de serviços	32.897	31.062
Outras receitas	8	-
Outras receitas	8	-
Insumos adquiridos de terceiros	(232)	(255)
Outros	(232)	(255)
Insumos adquiridos de terceiros	(232)	(255)
Valor adicionado bruto	32.673	30.807
Valor adicionado líquido gerado	32.673	30.807
Valor adicionado recebido em transferência	(13.577)	(10.511)
Receitas financeiras	263	372
Outros	(13.840)	(10.883)
Ajuste para valor justo propriedades para investimento	(13.840)	(10.883)
Valor adicionado para distribuição	19.096	20.296
Distribuição do valor adicionado:	19.096	20.296
Impostos, taxas e contribuições	6.171	8.247
Federais	6.171	8.245
Municipais	-	2
Remuneração do capital de terceiros	3.560	7.124
Juros	3.560	7.124
Remuneração do capital próprio	9.365	4.925
Lucros retidos do período	9.365	4.925

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	Convergência do IASB ("International Accounting Standards Board") e FASB ("Financial Accounting Standards Board") sobre o reconhecimento de receita em transações de contratos com clientes.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16 - Arrendamento mercantil	Refere-se à definição e a orientação do contrato de arrendamento previsto na IAS 17.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

Em maio de 2014, o IASB ("International Accounting Standards Board") e o FASB ("Financial Accounting Standards Board") emitiram conjuntamente o IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes, com a finalidade de esclarecer e convergir o reconhecimento de receitas. A Administração da Companhia aguarda a edição do correspondente normativo no Brasil pelo CPC para análise dos possíveis impactos em suas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos estão representados por:

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	13	14
Aplicações financeiras (a)	1.201	1.893
Total	1.214	1.907

(a) As aplicações financeiras da Companhia estão representadas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e operações compromissadas lastreadas em CDBs de emissão de instituições financeiras de primeira linha, sendo resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha, remuneradas as taxas de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

	31/12/2015	31/12/20
--	------------	----------

